



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

COACÇÃO CONTRA ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS NA FORMA TENTADA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal, deduziu acusação contra um arguido, pela prática de um crime de coacção contra órgãos constitucionais, na forma tentada.

De acordo com a acusação, ficou indiciado que o arguido, na sequência de ter sido demitido das funções de docente do Ensino Básico no setor público, por despacho da Ministra da Educação e Ciência, proferido no âmbito de um processo disciplinar que lhe foi movido pela Inspeção-geral de Educação, viu improcederem todos os meios de reacção administrativa e judicial que encetou com vista a reverter a sanção aplicada.

Frustrado com essa circunstância, nos dias 26 e 29 de Agosto de 2022, o arguido enviou dois *emails* para o endereço eletrónico gab.ministro@medu.gov.pt, dirigidos ao Ministro da Educação, com o objetivo de, sob ameaça de morte deste e de terceiras pessoas, constranger o livre exercício das funções do Ministro da Educação e levá-lo a decidir em seu favor, alterando a sanção de demissão da profissão aplicada na sequência do referido processo disciplinar.

Apesar da conduta mencionada, o arguido não conseguiu atingir os seus objetivos por razões alheias à sua vontade.

O arguido foi sujeito a Termo de identidade e Residência.

O Ministério Público dirigiu a investigação coadjuvado pela Polícia Judiciária
- UNCT.

NUIPC 741/22.1TELSB

Data da acusação: 20-01-2025